



CRT 0385 - Informática e Sociedade
Aula 02 - Regulamentação das profissões de TI no
Brasil - Parte 03
Professora Vitória Regina

Agenda

- História.
- Regulamentação das profissões.
- Sociedade Brasileira de Computação (SBC).
- Estudo de caso sobre os impactos da regulamentação.

História

- As primeiras atividades de informática desenvolvidas no Brasil, profissionalmente, tiveram início em meados de 1950, quando foram comprados os primeiros computadores a serem usados.
- Os primeiros softwares a serem desenvolvidos foram para utilização científica e administrativa, e foram criados por profissionais de outras áreas, pois não havia ainda no país cursos de formação de informática.

História



Primeira turma de formados no curso de Ciência da Computação do IME/USP, em 1974, na qual as mulheres eram a maioria

O que é Regulamentação da Profissão?

- A palavra regulamentação significa “estabelecer regulamento ou norma em regular” (FERREIRA, 2001). Assim, a Regulamentação Profissional consiste em submeter o indivíduo às normas ou leis de determinadas instituições, ou seja, quando a profissão possui regulamentação significa que ela possui medidas legais que devem ser cumpridas.

O que é Regulamentação da Profissão?

- As profissões que são regulamentadas por lei possuem exigências para o exercício delas, em que o profissional apenas pode exercer a mesma se possuir qualificações comprovadas e determinadas pela lei.
- Alguns benefícios da regulamentação são a obtenção de jornada fixa de trabalho, o piso salarial, a carteira profissional, exames médicos, adicionais, órgãos reguladores, etc.

O que é Regulamentação da Profissão?

- Cada profissão regulamentada, possui suas características e exigências quanto à formação do profissional; algumas podem exigir cursos superiores, outros diplomas específicos, ou apenas formação técnica.

O que é Regulamentação da Profissão?

- Da regulamentação decorre a criação de Conselhos que são oficializados após a realização de muitas exigências, cujo propósito é fiscalizar se o profissional atende todos os requisitos legais, para poder exercer a sua profissão.
- Cabe a esses Conselhos a elaboração de normas que estabelecem as obrigações, direitos e deveres do profissional.

Profissões Regulamentadas

- No Brasil, das 2.422 ocupações/profissões existentes, catalogadas no ano de 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), apenas 68 profissões são regulamentadas (CAMPANHOLE, 2012).
- Apesar de muitas ainda não serem regulamentadas, isso não representa o fato de não ser valorizada, pois todas as profissões regulamentadas ou não, fazem parte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que também cuida do profissional, mas de forma menos abrangente.

Profissões Regulamentadas

- A lei que regulamenta a profissão de Advogado é a Lei nº 8.906/94 de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o estatuto da advocacia e a norma regulamentadora da OAB. Nessa lei, são abordadas as questões de ética do profissional, relações com o cliente, sigilo profissional, honorários do profissional, entre outros (BRASIL, 1994).

Profissões Regulamentadas

- Para ser um advogado, é necessária a graduação no curso de Direito, mas ele só poderá exercer sua profissão se for aprovado no exame da OAB (Ordem dos Advogados Brasil). Esta, por sua vez, é um órgão regulamentador, que estabelece que o advogado só pode praticar sua profissão se for inscrito na mesma e for expedida a Carteira de Identidade Profissional do Advogado, sua carteirinha da OAB (BRASIL,1994).

Profissões Regulamentadas

- A lei que regulamenta a profissão de Administrador é a Lei nº 4.769/1965 de 9 de setembro de 1965, que trata sobre a atividade da profissão de Técnico de Administração, e a lei que aprova o regulamento é pelo Decreto nº 61.934/1967.

Profissões Regulamentadas

- Para exercer a profissão de administrador, é necessária a graduação no curso de Administração, após o qual o profissional só poderá exercer a atividade se possuir a Carteira de Identidade do Profissional expedida por seu órgão regulamentador mediante a inscrição no CFA - Conselho Federal de Administração - (CFA, 2017).

Profissões Regulamentadas

- O decreto que regulamenta a profissão do Economista é o Decreto nº 31.794 de 17 de novembro de 1952 e a lei que rege a profissão é a Lei nº 1.411 de 13 de agosto de 1951.

Profissões Regulamentadas

- Para exercer a profissão é obrigatória a graduação no curso de Bacharelado em Ciências Econômicas e também é exigido a inscrição no seu órgão regulador que é o COFECON (Conselho Federal de Economia) com sede em Brasília, organizado em Conselhos Regionais de Economia (CORECON) que são regionais por estado, para obter sua Carteira de Identidade Profissional (BRASIL, 1952).

Regulamentação em TI

- Em geral, a regulamentação é a exigência, por parte do estado, de requisitos mínimos a fim de que se possa exercer determinada arte, ofício ou profissão. Isso significa que, se a profissão for regulamentada, ela passará a existir de fato e de direito, valorizando, assim, os profissionais e atribuindo a estes, maiores responsabilidades, direitos e deveres.

Regulamentação em TI

- O debate sobre a regulamentação da profissão de tecnologia da informação se arrasta há quase 40 anos, porém, as diversas tentativas de levar esse tema adiante, foram frustradas.

Regulamentação em TI - PLs

- Três propostas de leis que tratam da mesma matéria:
 - PL nº 3065/2015 apresentado em 22 de setembro de 2015 pelo Deputado Professor Victório Galli - PSC /MT, que trata sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistemas, Desenvolvedor, Engenheiro de Sistemas, Analista de Redes, Administrador de Banco de Dados, Suporte, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e oferece outras providências;

Regulamentação em TI - PLs

- Três propostas de leis que tratam da mesma matéria:
 - PL nº 4408/2016 apresentado em 03 de fevereiro de 2016 pelo Deputado Eduardo Barbosa – PSDB/MG que trata sobre o exercício profissional na área de Informática;

Regulamentação em TI - PLs

- Três propostas de leis que tratam da mesma matéria:
 - PL nº 5101/2016 apresentado em 24 de abril de 2016 pelo Deputado Alfredo Nascimento - PR/AM que trata sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas. Estes dois últimos são apensos do primeiro.

Regulamentação em TI - PLs

- Três propostas de leis que tratam da mesma matéria:
 - O PL 3065/2015, segue os moldes tradicionais e define as atribuições de cada profissão, propondo a criação de conselhos de profissão e, conseqüentemente, reserva de mercado de trabalho para os diplomados na área (BRASÍLIA, 2015).

Regulamentação em TI - PLs

- Três propostas de leis que tratam da mesma matéria:
 - Já o PL 4408/2016, foi construído a partir do PL da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), cujo objetivo é garantir a liberdade do exercício profissional defendido pela SBC e proteger a área contra a inclusão de suas atribuições na reserva de mercado de outras profissões (BRASÍLIA, 2016).

Regulamentação em TI - PLs

- Três propostas de leis que tratam da mesma matéria:
 - E o PL 5101/2016, propõe a regulamentação da profissão de Analista de Sistema, define suas atribuições e reserva-lhe como privativa a responsabilidade técnica de projetos. Não há proposta explícita de criação de conselhos de profissão, a qual poderá ser feita mais tarde (BRASIL, 2016).

Diferença das Leis Propostas

Deputados PL pra TT Aspectos das leis ↓	Professor Victório Galli – PSC /MT PL nº3065/2015	Eduardo Barbosa – PSDB/MG PL nº 4408/2016	Alfredo Nascimento PR/AM PL nº 5101/2016
Define atribuições da profissão.	PL nº3065/2015		PL nº 5101/2016
Requisitos para exercer a profissão	PL nº3065/2015		PL nº 5101/2016
Cria Conselhos e atribui funções	PL nº3065/2015		
Penas em caso de infrações	PL nº3065/2015	PL nº 4408/2016	
Reserva Mercado de Trabalho para diplomados	PL nº3065/2015		
Liberdade do exercício profissional defendido pela SBC		PL nº 4408/2016	
Contra a reserva de mercado de trabalho		PL nº 4408/2016	
Regulamenta apenas Analista de Sistemas			PL nº 5101/2016

Sociedade Brasileira de Computação - SBC

- A SBC (Sociedade Brasileira de Computação) é uma Sociedade Científica sem fins lucrativos. Ela possui um grupo de especialistas de uma área de conhecimento, que reúnem para apresentar os frutos de seus estudos; analisam com profissionais do mesmo conhecimento e divulgam seus trabalhos por meio de uma publicação habilitada (SBC 01, 2017).
- A SBC, conta com seus associados, são eles, estudantes, professores, profissionais, pesquisadores e admiradores do ramo de Computação e Informática do Brasil.

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- No Brasil, antes da criação da SBC em 1978, houve debates sobre a possível regulamentação das profissões em TI pela comunidade científica de computação, chegando a um resultado, através de muitos anos de discussão e muitas análises em reuniões da comunidade, sobre os benefícios e desvantagens dessa regulamentação.

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- Os princípios estabelecidos pela SBC foram a livre atividade profissional de informática, sem a necessidade de confirmação de um ensino regular ou do diploma. Os conselhos de profissão não podem estabelecer nenhuma proibição e limitação quanto a liberdade da atividade profissional e sugere que a área de TI deve ser autorregulada.

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- No ano de 2002, após a listagem destes princípios, a SBC preparou uma proposta de projeto de lei de regulamentação da SBC, a qual foi aceita e enviada a um deputado, que elaborou o Projeto de Lei nº 1561/2003 e o apresentou na Câmara dos Deputados.
- O projeto entrou em processo de tramitação, mas foi arquivado no ano de 2007. Todavia, em 2016 o Deputado Eduardo Barbosa apresentou o PL 4408/2016 que é uma versão nova da proposta da SBC (SBC 03, 2017).

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- A SBC descreve a sua posição, relatando que há um grande número de profissionais de Tecnologia da Informação, em exercício no Brasil, sendo que os formados em um curso superior da área, equivalem a menos da metade, ou seja, dos profissionais atuantes na área, mais de sua metade possuem outras formações. E ainda avalia que há uma falta de profissionais qualificados (SBC, 2016).

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- No entanto, existem cerca de 400.000 alunos matriculados em algum curso superior em informática, de acordo com o MEC, e apesar desse número ser alto, formam apenas 40.000 profissionais novos em cada ano. Dessa forma, é pequeno o número de profissionais formados para atender a atual demanda (SBC, 2016).

Posição da SBC sobre a Regulamentação

POSIÇÃO DA SBC	
A FAVOR	CONTRA
Do conhecimento científico e tecnológico de todas as áreas do conhecimento.	A criação Conselho de Profissão para a Informática.
Da boa formação oferecida por diplomas de curso superior em Informática.	A reserva de mercado de trabalho na Informática.
Da busca continuada pela excelência profissional.	
Da valorização dos profissionais de informática pela posse de competência.	
De uma regulamentação da profissão na área de informática que assegure a liberdade do exercício profissional a todos, independentemente de diploma.	

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- A SBC analisa o impacto da regulamentação em outras áreas, pois a informática é usada dia a dia por todos os profissionais. Além disso, é contra a reserva de mercado em TI, porque pode afetar o progresso de outras áreas profissionais, pois muitas delas podem ficar restritas ao uso da TI (SBC, 2016).

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- Referente aos Conselhos da Profissão, acredita-se que estes têm a função de proteger a Sociedade de um mau profissional, mas não é esse o papel dos conselhos oferecer proteção. E insiste que, apenas é justificada a criação dos Conselhos de Profissão, se existir um contato entre a pessoa e o profissional, o qual represente um risco a vida ou saúde do indivíduo. Por fim, alega que não é preciso a criação do mesmo para proteger as empresas no ato da contratação de seus profissionais (SBC, 2016).

Posição da SBC sobre a Regulamentação

- A SBC defende, ainda, a criação de um Conselho de Autorregulação, não governamental, que possa supervisionar, e assegurar a ética do exercício profissional, mas, sem ferir os princípios de liberdade individual do trabalhador.
- Um exemplo é o CONAR (Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária), que existe há muito tempo.

Estudo de Caso - Impactos da Regulamentação

- O foco é avaliar as vantagens e desvantagens após a regulamentação dessas profissões e, em seguida, avaliar os possíveis impactos na profissão de TI. Os critérios de análise utilizados foram:
 - Aderência da regulamentação no mercado;
 - Empregabilidade;
 - Flexibilidade dos cursos;
 - Salário;
 - Qualidade.

Estudo de Caso - Impactos da Regulamentação

<i>Impactos da Regulamentação da Profissão de Administrador</i>		
Crítérios	Vantagens	Desvantagens
Aderência da regulamentação no mercado de trabalho	Aumento do número de pessoas cursando e interessadas pelo mesmo.	Grande aumento de profissionais formados para poucas vagas de emprego.
Empregabilidade	Aumento da valorização do profissional diplomado. Aumento de empregos, quando o mercado de trabalho está em alta.	Aumento de desemprego, pois profissionais que não atendem a lei, não podem exercer a profissão.
Flexibilidade do Curso	Aumento da flexibilidade, pois possui muitas áreas de atuação na profissão.	Instabilidade pois alguns profissionais não podem se encaixar bem em algumas áreas de atuação.
Salário	Possui uma sugestão do CFA para o piso salarial inicial de R\$2.680,00 aumentando com o tempo de experiência.	Empregador seguir o piso salarial definido em algumas atuações simples.
Qualidade	Aumento da qualidade do profissional para sociedade, com profissionais seguindo a lei.	Responder a processos, caso haja infringir as leis.

Estudo de Caso - Impactos da Regulamentação

<i>Impactos da Regulamentação da Profissão de Medico</i>		
Crítérios	Vantagens	Desvantagem
Aderência da regulamentação no mercado de trabalho	Aumento de profissionais interessados na área. Aumento na busca para formação e atuação na área.	Longo tempo para formação na área. Dificuldades para aprovação em vestibulares.
Empregabilidade	Aumento de empregos para os profissionais da área. Baixo índice de desemprego. Atividades na área em constante crescimento.	Longas horas de jornada de trabalho. Redução no tempo de lazer.
Flexibilidade do Curso	Aumento da diversidade de atuação na área de sua preferência.	Aumento de responsabilidades profissionais na lei e Código de Ética.
Salário	Aumento salarial. Para o ano de 2017 o piso definido pela Fenam foi de R\$ 13.847,93 para o período de 20h trabalhadas. Esse valor pode variar.	Aumento do número de concursos públicos acarreta na desvalorização dos salários dos médicos.
Qualidade	Aumento da qualidade de profissionais inscritos no CRM, que seguem a lei e o Código de Ética.	Os profissionais serão penalizados pelo não cumprimento das atribuições inscritas no Código de Ética.

Cenário Hipotético das leis aprovadas

Com Aprovação do PL 3065/2015		
Critérios	TI	
	Vantagens	Desvantagem
Aderência da Regulamentação no Mercado	Maior procura de profissional qualificado.	Baixa empregabilidade para os profissionais que não se enquadram nos cursos regulamentados.
Empregabilidade	Aumento salarial e maior valorização do profissional com 5 ano de profissão ou diploma reconhecido pela lei.	Aumento do desemprego dos profissionais desqualificados.
Flexibilidade dos Cursos	Ficam definidas atividades e atribuição dos profissionais citados na lei.	Restrição de algumas atividades para determinados profissionais.
Salário	Aumento salarial e valorização do trabalho do profissional.	Empregador seguir o piso salarial definido em algumas atuações simples.
Qualidade	Aumento da qualidade e responsabilidade de projetos e da qualidade do profissional para sociedade, com profissionais seguindo a lei.	Aumento da responsabilidade do profissional por erros. Responder a processos se infringir o Código de Ética.

Cenário Hipotético das leis aprovadas

Aprovação da lei que a SBC apoia (PL 4408/2016)			
Critérios		TI	
		Vantagens	Desvantagem
Aderência da Regulamentação Mercado	da no	Estabilidade pela liberdade do exercício profissional de TI.	Os profissionais diplomados, possuem o mesmo valor, dos profissionais não qualificados.
Empregabilidade		Reconhecimento de todos os profissionais, daqueles com ou sem diploma.	Instabilidade para profissionais diplomados, pois para algumas empresas pode contar o tempo de experiência e não somente o diploma.
Flexibilidade dos Cursos	dos	Aumento da flexibilidade, o profissional possui várias áreas de atuação. Ele pode escolher se vai trabalhar como autônomo ou funcionário.	Aumento da vulnerabilidade e impunidade, por não possuir um Código de Ética para o profissional.
Salário		Baixo salário para algumas atividades. Estabilidade salarial para atuações mais requisitada.	Aumento da desvalorização de algumas áreas que possuem muitos profissionais, por não possuir um piso salarial.
Qualidade		O profissional pode exercer a profissão livremente, agindo em conformidade a CLT. Oferecendo facilidades para adesão no mercado e solicitação de serviços.	Baixa adesão voluntaria do profissional ao Conselho de Auto Regulação.

Exercícios

- Quais pontos positivos e negativos que teríamos com a regulamentação da profissão?
- Quais pontos vocês propunham para que fosse regulamentada a profissão?

Conclusão

- Podemos concluir que a profissão de TI, sendo regulamentada com criação de Conselhos, definirá critérios para o profissional não diplomado, o qual precisará se qualificar para trabalhar na área.
- Contudo, se a proposta de lei que defende a liberdade do exercício profissional for aprovada, o mercado vai se comportar da mesma forma que se comporta atualmente, pois haverá equiparação entre os profissionais qualificados ou não.

Bibliografia

- ANCHANJO, Auryana Maria; SCHRAIBER, Lilia Blima. Atuação dos Psicólogos em unidades Básicas de Saúde na Cidade de São Paulo. Revista Saúde e Sociedade - Google Acadêmico: São Paulo, 2010. PDF. Disponível em: Acesso em 03 de maio de 2017.
- Rafaela Pereira dos Santos, Hélio Rubens Soares Instituto de Informática – Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) Caixa Postal 309 – 38.411-106 – Uberlândia – MG – Brasil rafaella_mam@hotmail.com, helio.soares@asoec.com.br.